

O SAMBA A CONTRAPELO EM OS “ANJOS DA GUARDA”, UMA CANÇÃO AFIRMATIVA E A CRÍTICA DA HISTÓRIA POR HANNAH ARENDT

Uílder do Espírito Santo Celestino³⁹

“Porque tudo é educação. É matéria de todo o tempo”
Leci Brandão, *Anjos da guarda*, 1995.

“Por isso o materialista histórico se afasta quanto pode desse processo de transmissão da tradição, atribuindo-se a missão de escovar a história a contrapelo”
Walter Benjamin, *Tese 7*, 1940.

“A tradição dos oprimidos ensina-nos que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é a regra. Temos que chegar a um conceito de história que corresponda a essa ideia”
Walter Benjamin, *Tese 8*, 1940.

“Foi portanto no decurso da busca de um âmbito estritamente secular de duradoura permanência que a época moderna descobriu a imortalidade potencial da espécie humana. É isto que é expressamente manifesto em nosso calendário; é o conteúdo real de nosso conceito de História. A história, prolongando-se na dúplice infinitude do passado e do futuro, pode assegurar a imortalidade sobre a terra...”
Hannah Arendt, *Sobre o conceito de história*, 1961.

Resumo: O presente artigo está dividido em dois momentos. No primeiro deles, considerando que o samba prescinde de quaisquer chancelas históricas, buscou-se, de maneira livre e com escrita aberta, apresentar a canção “Anjos da guarda” (1995) popularizada na voz de Leci Brandão como uma expressão possível de um conceito de história, “escovada a contrapelo” e integrada à “tradição dos oprimidos” conforme a formulação de Walter Benjamin (2013). No segundo momento, apresenta a crítica sobre as teorias modernas a respeito da história e da produção acadêmica das ciências sociais oferecidas no texto da cientista política Hannah Arendt (2011; 2016a; 2016b) quando considerou que tais áreas prenderam-se demasiadamente na captação de padrões e funções, uma espécie de continuidade do positivismo nas ciências sociais e na história. Neste segundo momento, buscou-se tratar a sério as discussões sobre o conceito de história buscando um distanciamento destas ciências modernas e aproximando-se de uma condição moderna ao produzir uma consciência, segundo a qual nós podemos agir sobre

³⁹ Licenciado em história e filosofia. Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: uilder.celestino@gmail.com

quaisquer hipóteses para fazê-las “funcionar” tanto no aspecto da lógica como até no âmbito da realidade. Diante desta “consciência” os argumentos de Hannah Arendt não apontaram para o “fim da história”, mas para “tudo ser possível” tanto na teoria quanto na memória e na história (LE GOFF, 1990).

Palavras-chave: Samba; Conceito de história; Teoria da história; Teoria social.

Abstract: This article is divided into two parts. In the first of them, considering that samba does not need any historical seals, we sought, in a freeway and with open writing, to present the song “Anjos da guarda” (1995) popularized in the voice of Leci Brandão as a possible expression of a concept of history, “escovada a contrapelo” and integrated into the “tradition of the oppressed” according to Walter Benjamin’s (2013) formulation. In the second moment, it presents a critique of modern theories regarding the history and academic production of social sciences offered by the text by political scientist Hannah Arendt (2011; 2016a; 2016b) when she considered that such areas were too focused on capturing patterns and functions, a kind of continuity of positivism in social sciences and history. In this second moment, we sought to treat discussions about the concept of history seriously, seeking to distance ourselves from these modern sciences and approaching a modern condition by producing a consciousness, according to which we can act on any hypotheses “to make them function” both in the aspect of logic and even in the scope of reality. Faced with this “consciousness”, Hannah Arendt’s arguments did not point to the “end of history”, but to “everything being possible” both in theory, in memory and in history (LE GOFF, 1990).

Keywords: Samba; History Concept; Theory of History; Social Theory.

Anjos da guarda, uma canção afirmativa

O samba “anjos da guarda” atravessou as primeiras décadas do século XXI incontestavelmente como um hino de luta e de louvor para quem acredita na cidadania e defende a educação. Lançado em álbum de 1995, pode ser visto também como uma síntese dos debates educacionais do período no Brasil. O êxito da reforma sanitária instituidora do Sistema Único de Saúde (SUS) imediatamente após a Constituição Federal de 1988 não se repetiu com a mesma celeridade na educação nacional. Um impasse dominava o debate educacional brasileiro, dividido entre os que desejavam uma educação popular e libertadora e os que viam

vantagens na expansão da educação privatista com o sucateamento da educação pública nos anos iniciais do ensino, fase fundamental para o letramento e o desenvolvimento cognitivo de crianças e jovens. O projeto de lei que visava reformar a educação deixada pela ditadura civil-militar brasileira estava parado no congresso havia mais de cinco anos, impactando na permanência de um modelo de educação excludente, com índices de abandono escolar e analfabetismo vergonhosos para um país que havia proclamado a república há mais de cem anos. O clima fora equacionado no samba da Leci Brandão, quando se dirigiu aos “professores / protetores / das crianças do meu país / Eu queria / gostaria / de um discurso bem mais feliz”. O samba vinha a contrapelo do impasse produzido na matéria legislativa que finalmente fora encerrada cerca de um ano depois, com a sanção da lei federal n. 9.394/96 estabelecendo as diretrizes e as bases da educação nacional.

Estamos distanciados quase trinta anos daqueles episódios da história da educação brasileira, quando uma pergunta, para nós, se torna inevitável: porque o samba da Leci Brandão, ainda hoje, segue tão atual? Não existe resposta única para essa pergunta e todas as respostas particulares não conseguem ser taxativas a respeito da atualidade da canção. Os sindicatos e as centrais de trabalhadores de profissionais da educação adotaram o samba como hino de luta, a melodia enseja um belíssimo elogio ao professor capaz de atravessar o tempo, a mensagem escrita faz o percurso da desolação à esperança. Mais que aos políticos, intelectuais, empresários ou quaisquer outras categorias supostamente de sucesso ou para pessoas de renome social, ela clama somente aos professores: “ensina / a quem [pensa] que sabe de tudo / a entregar o conhecimento”. A música é feliz, apesar que querer “um discurso bem mais feliz”. Ela nos diz sobre algo que anima os professores que não é aquilo que está reproduzido nas plataformas e nas grades do discurso de legisladores e governantes. O anti-discurso implícito na letra da cantiga “Anjos da guarda” está no antagonismo com a situação da educação brasileira da década de 1990, mas parece que a Leci Brandão também nos convidou à visita de um outro lugar “mais feliz”, que estaria na tradição dos oprimidos. Imaginemos nos permitir parar de realizar formulações com planos, metas, estratégias, instruções normativas, resoluções, decretos e leis para experimentar a frase que diz que “tudo é educação / é matéria de todo o tempo”.

A história a contrapelo possível de ser narrada a partir do samba da Leci Brandão seria parte integrante da tradição da história dos oprimidos com o protagonismo dos professores. Seríamos nós os entendedores da educação, nós entregaríamos o conhecimento, uma justa homenagem a todos os profissionais que, com seus salários achatados e a costumeira devoção

vocacional, contrariava a fala de um hoje ex-presidente referindo-se aos professores como fracassados em outros setores produtivos. O príncipe da sociologia que acreditava saber de tudo não conseguia retirar do papel a visão humanista herdada do Darcy Ribeiro e julgava serem os *self-made man* os únicos vencedores e bem-sucedidos do país. Contra a indiferença da liderança do país, o samba reafirmava a tarefa dos professores, a eles confiava a tarefa de ensinar a entrega do conhecimento em sala de aula.

Seria este o ponto de vista partido da fonte histórica. Um samba, uma canção e uma época. O que se diria, então, sobre o conceito de história? Tendo atravessado o tempo, o samba se tornou uma canção afirmativa. Seria, segundo o critério da fonte, não mais que o testemunho de uma época? Havendo-se o dia em que “Anjos da guarda” finalmente estiver esquecida, ficará reduzida a mais um artefato a ser acessado por historiadores? Poderíamos abandonar momentaneamente a ciência da história para ir a busca de outros saberes, mais especulativos, ou, em outras palavras, ainda poderíamos confiar em algum “conceito de história”? Acossado pelos nazistas em 1940, Walter Benjamin atribuiu a tarefa de escovar a história a contrapelo para assim se chegar ao que chamou de conceito de história. Seu conceito se dizia materialista e emergido da tradição dos oprimidos, o contrário das histórias oficiais do “espírito da época”, do evolucionismo e do racismo dos estados nacionais europeus. Vinte anos depois, em combate aos elementos totalitários de todas as ideologias, inclusos os de sua própria tradição, Hannah Arendt cunhou outro conceito para a história, não apenas a história do anjo que olhava atônito para os destroços do passado. Diante do conceito de história, teríamos também a capacidade de olhar para o futuro a fim de poder assegurar a imortalidade humana sobre a terra.

Desde então, as formas de vida da tradição dos oprimidos estiveram recebendo a visitação, a narração e a sua transmissão por diversos culturalistas, historiadores especializados, sociólogos e antropólogos. Teria havido uma quebra quando, animados por metodologias próprias, categorias e distinções internas e afirmadas como sendo autorreferentes, os povos, anteriormente chamados de oprimidos, teriam constituído suas próprias epistemologias, ciências e narrativas? Não seria o samba, de maneira geral, a afirmação desta realização humana, não seria ele o contrapelo do próprio contrapelo sem o retorno ao oficial? Não seria o samba um terceiro lugar, esquivo, não possível de ser plenamente captado por todas as nossas epistemologias e narrativas históricas? O samba “Anjos da guarda” em particular, um samba de afirmação que emprestou sua dignidade à obra dos professores, finalmente, prescindiria de qualquer conceito de história? Se a resposta para alguma dessas perguntas tender ao sim, eis o

fundamento para as devidas homenagens a Leci Brandão. Quando um projeto de extensão como o “Perspectivas do fim do mundo” é capitaneado por professores e alunos que decidem por homenageá-la é porque rendem-se, de maneira geral, à autonomia criadora do samba, em particular à afirmação de suas canções, das quais “Anjos da guarda” à condição de relevância histórica e de afirmação da tradição dos oprimidos que nos mantem vivos.

Memória, história e contingência ou contra o positivismo na teoria da história

A “realidade”, vista necessariamente como inaveriguável, foi afirmação complementar da ideia do “tudo é possível” em Hannah Arendt, no plano desta mesma realidade (não adianta afirmar que tudo é possível se não podemos averiguar tal afirmação junto à realidade). Mas não se descarta “tudo ser possível” no plano das ideias bem como a possibilidade de existirem ideias trabalhadas para o real passando a “funcionar” não apenas logicamente, mas também no universo das ações humanas e da história. Seguindo a ciência política arendtiana, é possível descolar a “realidade” da “totalidade dos fatos e ocorrências”, assim ficando, a escrita da história e as teorias das ciências políticas e sociais, encarregadas de trabalharem em torno de “fatos”, “ocorrências” e, no máximo, com a “totalidade dos fatos” (totalidade que sabemos ser igualmente impossível de se alcançar) para se narrar algo posteriormente, isto é, contar alguma história. Desse modo, em Hannah Arendt, nenhuma história escrita e nenhuma teoria política ou social estariam decretando em definitivo o que poder-se-ia chamar de “realidade”, apesar de a sequência e o fluxo da história serem “contingências” e, portanto, realidades inaveriguáveis. Mas, conforme complementou: “aquele que diz o que é – [*λέγει τα έοντα*] – sempre narra uma história, e nessa estória os fatos particulares perdem sua contingência e adquirem um sentido humanamente compreensível” (ARENDR, 2016b, p. 323).

As abordagens críticas aos textos de Hannah Arendt concentrados em temáticas históricas observadas por Eric Hobsbawm (2015 [1965]), para o qual suas incursões históricas seriam interpretações gerais de processos históricos baseadas em estudos não adequados ao seu próprio método e à matéria que pretenderia interpretar (HOBSBAWM, 2015, p. 260), foram dadas ao mesmo tempo em que lembrou de sua “inteligência penetrante” com notável percepção para as motivações e os “mecanismos psicológicos dos indivíduos” tendo a ver com seu estilo de escrita: “isto é, às vezes faz afirmações que, embora particularmente não sejam bem

assentados em evidência ou argumentos, impressionam o leitor como verdadeiras e reveladoras. Mas isto é tudo. E não basta” (HOBSBAWM, 2015, p. 267).

A “desconfiança metodológica” e as imprecisões apontadas por Eric Hobsbawm (2015) podem ser enquadradas no nível da superação das contingências em forma de compreensão e narrativa ou ao alcance do seu objetivo da compreensão política. Para Hannah Arendt, a história do século XX também seria marcada pelo “novo” e pela ação, assim como foi novo e original o conceito de história por ela proposto:

Foi portanto no decurso da busca de um âmbito estritamente secular de duradora permanência que a época moderna descobriu a imortalidade potencial da espécie humana. É isto que é expressamente manifesto em nosso calendário; é o conteúdo real de nosso conceito de história (ARENDR, 2016b, p. 109).

O nascimento, como possibilidade de algo novo, se considerado como a forma da “imortalidade potencial da espécie humana” e ao serem considerados, nascimento e sobrevivência, como o “conteúdo real” do que venha a ser a história, então este conceito de história de Hannah Arendt promoveu a reconciliação do que antes havia sido separado: a história e a ação. Estamos vivos, somos sobreviventes. Cada qual à sua maneira, ao tempo em que contribuimos para a continuidade da vida humana na terra, estamos fazendo o imprevisível e o novo, fazendo a ação e fazendo história. O conceito arendtiano de história não se expressaria como invalidação da teoria da ação, mas como forma de abrangência desta ação, já que a filosofia da história de Hegel, ao querer repetir ou guiar determinados seres humanos, não definiu aquilo que seria “novo” nas ações destes seres humanos. O nascimento e a sobrevivência dos seres humanos enquanto pluralidade e como possibilidade da permanência da imortalidade humana na terra seriam as duas ações que, mesmo com as guerras ou sem elas, atravessaram o século XX, assim como atravessaram também o século XVIII com todas aquelas “novidades” da violência da “questão social”, ou a felicidade como a liberdade do “*novus ordo saeculorum*”⁴⁰.

⁴⁰ “Nova ordem do século”, algo novo criado pelos colonizadores e fundadores dos Estados Unidos, que souberam unir “fé” e “experiência”. Do ponto de vista especulativo, os colonizadores “redescobriram” o conceito de “aliança de Israel”, referindo-se ao mundo israelita e suas relações “do homem com o homem” e “do homem com Deus”. No plano especulativo, o consentimento guardaria esta origem, um governo por consentimento conforme a tradição de Israel é aquele em que “*Deus dava a lei e Israel consentia em observá-la*” (ARENDR, 2011, p. 224-5). Os puritanos também teriam feito tal redescoberta. Do ponto de vista da experiência, os colonizadores estiveram diante de um acontecimento, não de uma teoria ou uma tradição. Eles fundaram corpos políticos, e colocaram em prática dois fatores: “*A gramática da ação: a ação é a única faculdade humana que requer uma pluralidade de homens; a sintaxe do poder: o poder é o único atributo humano que se aplica exclusivamente ao entremeio mundano onde os homens se relacionam entre si, unindo-se no ato de fundação em virtude de fazer e manter promessas, o que, na esfera política, é provavelmente a faculdade humana suprema*” (ARENDR, 2011, p. 228). A experiência/ação levou à formação do poder e guiou os homens da revolução que gestaram os Estados Unidos. Do ponto de vista literário, a

Desde a era moderna, as invenções e as descobertas deixaram de surgir “do nada” ou do acaso decorrente da contemplação. A ciência e o processo científico passaram a produzir conhecimento em consequência de um tipo de pensamento que procurava e procura repetir o caráter processual da natureza: “o objeto da ciência já não é a natureza ou o universo. Muito antes que a era moderna desenvolvesse sua consciência histórica sem precedentes e o conceito de história se tornasse dominante na filosofia moderna, as ciências naturais haviam se transformado em disciplinas históricas” (ARENDDT, 2016a, p. 367). Por meio desta “consciência histórica sem precedentes” e por meio destas disciplinas, tem-se, na era moderna, máquinas de produzir conhecimentos, seja contra a própria humanidade tal como alertou Kafka ou a realidade das bombas de hidrogênio, seja a favor da história, a favor da possibilidade da “imortalidade potencial da espécie humana [que é] o conteúdo real de nosso conceito [, de Hannah Arendt,] de história” (ARENDDT, 2016b, p. 109). Assim, a frase de Kant foi desenvolvida nesta teoria, não atribuindo para as ciências a construção de um saber fortuito, mas para afirmar a busca por um saber que a humanidade e seus cientistas pretenderam previamente desbravar. A consciência histórica “sem precedentes” da humanidade na era moderna a que Hannah Arendt se referiu diz respeito à essa possibilidade de se produzir o conhecimento, tal como afirmado por Kant, isto é, algo que antes se planejou produzir. Daí a possibilidade da via de mão dupla decorrente deste conhecimento, seja para a destruição em massa, seja para manter a possibilidade da imortalidade humana na terra.

A partir do momento em que realidade das hecatombes nucleares se tornou visível e factível ao público geral como possibilidade de um grande apocalipse promovido pelas mãos humanas, Hannah Arendt reconsiderou o conceito e a própria filosofia da história tributária da matriz hegeliana invertida em relação ao “anjo da história” de Walter Benjamin. Enquanto o conceito de história do “anjo” estava voltado exclusivamente para o passado, atônito, Hannah Arendt desafiou a tradição afirmando ser do “entre” o passado e o futuro o próprio conceito moderno da história. Numa arrojada discussão de exceção às categorias analíticas da teoria política, fez questão de distinguir no interior da filosofia da história um novo conceito de história (moderno) que seguiu a formulação de Giambattista Vico ao tratar exclusivamente dos

expressão em latim é uma variação da expressão “*magnus ordo saeculorum*” (a grande ordem dos tempos) de Virgílio, fazendo referência à fundação de Roma, assim ligando os atos destes antigos às memórias “pré-históricas” rompidas da Grécia e de Troia e, com esta nova variação no “novo mundo”, sugerindo a linha de “continuidade” não repetida da civilização ocidental (ARENDDT, 2011, p. 271).

assuntos humanos, mas que retirou da própria história o protagonismo que lhe fora atribuído inclusive pela tradição alemã. No prólogo “a necessidade de compreender”, Adriano Correia (2014), seguindo os passos de Hannah Arendt acerca do tema da compreensão humana, resumiu este movimento de Hannah Arendt em relação à história “negando-lhe [à história] o direito de ser o último juiz” (CORREIA, 2016, p. XXIV). Com a compreensão, processo interminável, Hannah Arendt deslocou a posição de destaque que foi consagrada à história no mundo antigo e que ainda lhe é central na era moderna. Sem ignorar o conceito de história a partir de uma filosofia para a história, por ela dado em relação à era moderna, esta passagem pela “filosofia” em “Entre o passado e o futuro” não poderia ter sido mais extensiva do que o esforço de reconciliação com “o pensar”, buscado com afincos em “A condição humana” e em “A vida do espírito”. Tais obras deixaram os marcos de uma teoria direcionada à era moderna.

Não seria o caso de considerar a teoria da ação de Hannah Arendt uma “Epistemologia do Sul”, porque o “anti-discurso filosófico da modernidade” não se reduziria a uma imanência limitadora do critério geográfico do “Sul”, como se o “Norte” fosse um outro mundo desconectado ou, dito de outra maneira, um “império cognitivo” de distâncias abissais em relação ao Sul a ponto de o Norte estar em declínio, se destruindo, chegando ao fim. Os limites desta perspectiva foram dados por Henrique Dussel (2010), conforme indicado na introdução deste trabalho, de que não se deve confiar nesta geografia “Norte x Sul”. Esse debate contemporâneo, inexistente nas obras de Hannah Arendt, desenvolve-se com a consulta teórica para se extrair pérolas da teoria da ação, assim como fez Achille Mbembe (2020), embora concluindo diversamente sobre a forma totalitária dos governos que, para Hannah Arendt, seria uma forma específica de ascensão do nazismo e do stalinismo no poder. Todos os elementos estão dados para compreender em Hannah Arendt um tipo de anti-discurso filosófico, uma das razões para se investir em uma teoria política, embora as filosofias políticas desenvolvidas anteriormente na Europa aproximavam-se assustadoramente de um nihilismo finalmente levado a efeito no século XX, assim como a tradição filosófica após o julgamento de Sócrates somente e cada vez mais se distanciava da realidade sem considerar a ação. O aprendizado com os colonos não seria o “epistemicídio” ou liberdade da teoria da ação não deixaria espaço para a pluralidade, o que, em termos contemporâneos, a aproximaria de Enrique Dussel (2010) e a afastaria de Boaventura de Sousa Santos (2010). Jamais negaria toda a tradição crítica da era moderna, a mesma tradição que animava Bartolomé de Las Casas e outros críticos do que hoje se chama de modernidade. Assim como vários intelectuais negros, Hannah Arendt denunciou

o “altericídio” como negação da alteridade, pois o ponto culminante da violência seria a negação da negação, o suicídio coletivo e o extermínio, um dos argumentos empregados contra a violência contida no prefácio de Jean-Paul Sartre. A alteridade estaria ainda acima da distinção humana, pois “a qualidade da *alteritas*, comum a tudo o que existe, [...] é uma das quatro características básicas do Ser [e] sem dúvida, aspecto importante da pluralidade” (ARENDDT, 2016a, p. 218).

Ao considerar que os filósofos e a filosofia da “modernidade filosófica” fabricaram uma pós-verdade sobre a raça e a África (SANTOS, 2022, p. 148-9) e que o ódio racial esteve dado em ideologias, filosofias e discursos que se pretendiam científicos e afirmadores de uma hierarquia racial, consegue-se repetir os passos de Hannah Arendt que apresentou toda a arquitetura da destruição do imperialismo racial que antecedeu o imperialismo totalitário nos séculos XIX e XX, dedicando um livro inteiro a discutir sobre este tema em igual proporção com que tratou do antissemitismo no “Origens do totalitarismo”. Com a filosofia moderna, igualmente se fabricou sua própria crítica. Os equívocos na compreensão das consequências políticas da segregação nos Estados Unidos, conforme indicado por Richard Bernstein (2021), não podem retirar a chance de promover a leitura abrangente de uma teórica que “durante toda a vida condenou a ideologia racista” (BERNSTEIN, 2021, p. 68). Seus textos são alertas para os perigos o ódio racial e a redução de povos, nações e países em raças. A teoria revolucionária, somente possível de ser aplicada na explicação da era moderna, foi o cerne da tradição que anima a todos em busca por libertação, liberdade e felicidade. A “tradição revolucionária”, um efeito bumerangue contra todos os modelos de opressão, foi narrada a partir do ocidente, com as experiências dos sistemas de conselhos. Quando, sete anos depois da publicação do “Sobre a revolução”, Hannah Arendt apresentou a humanidade a obra “Sobre a violência”, posteriormente integrada com sua própria edição do “Crises da república”, estava dando palavras finais ao tema da teoria da ação com sua exposição da teoria do poder para depois voltar-se às especulações do intelecto. A permanência e a atualidade de suas definições para a ação humana e para o poder estão dadas e ainda não se esgotaram na medida em que explicam a organização de sociedades humanas inteiras, pois fazem sentido para todas as ilhas de opressão de grupos humanos em quaisquer culturas da terra, independentemente de serem opressões promovidas ou não pelo “mundo” ocidental. Com Hannah Arendt, tem-se uma teoria que explicou a era moderna, gestada num anti-discurso que foi contrário a todo o tipo de opressão imperialista e racista que fixou a face da crise da república dos Estados Unidos com

os perigos do ódio racial, com as teorias conspiratórias na política, com o desespero empregando uso da violência dentro dos Estados Unidos, com o ímpeto violento da “nova esquerda”, com a contestação civil violenta dentro e fora daquele país, com as violências da guerra do Vietnã e com as intervenções militares e espionagens ilegais dos Estados Unidos em outros países da América.

No limite imposto pela “realidade” da Alemanha nazista e da Rússia soviética de Stálin, compreendeu como não havia mais a realidade dada pela tradição, mas a “realidade” dada pelo “princípio” niilista do “tudo é possível”. Os processos colonialistas anteriores, as guerras de conquista, a opressão de povos, de trabalhadores, a escravização antiga e moderna junto com a generosidade dos vitoriosos ao pouparem os que se submetiam, esses fatos históricos traduzem centenas de séculos de ações políticas, violentas e não violentas, em que o “princípio” da tradição “campeava”, mesmo na fase das “revoluções deformadas” da Europa. Com o “campo” dos nazistas e stalinistas e com a “esfera” até então desconhecida que eles constituíram, o “campo de concentração” tornava-se o mundo, porque, em seu relato, a humanidade estava diante de outro mundo. O “princípio” daquela “esfera desconhecida” seria o niilismo do “tudo é possível” capaz de solapar até toda a era moderna. A teoria da ação de Hannah Arendt, abrangente o suficiente para explicar as violências e revoluções da era moderna, não poderia explicar algo que havia surgido a partir de outro princípio que não a tradição e seus inícios, que até então “sobrevivia” na história, entre antigos e modernos. O limite da abrangência da teoria da ação e da ciência política em Hannah Arendt não estaria dado com a exclusão de todas as formas de violência humanas como se a categoria “violência” não existisse na teoria política. A violência sempre participou da teoria, não glorificada, e, junto com a teoria da revolução, explicou a política na era moderna até as “revoluções deformadas” e, posteriormente, em seguida à “revolução húngara”. O hiato para a eficácia desta teoria da ação teria sido dado no relato do “Mal” durante o “domínio total”.

Comprometida com o processo revolucionário dos Estados Unidos, por meio da história daquele país ter-se-ia o inverso das “revoluções deformadas” ou “frustradas”. O problema da ação, posto na agenda teórica por Alexis de Tocqueville quando chegou aos Estados Unidos após a revolução francesa (ARENDR, 2018e, p.504) e a possibilidade de uma nova ciência política para explicar a ação deste novo corpo político (ARENDR, 2018e, p. 513), quando desenvolvidos por Hannah Arendt resultaram, politicamente, na afirmação do modelo de promessas e do cumprimento de promessas como fatores que fizeram a “revolução americana”

triumfar e que trouxeram estabilidade aos assuntos humanos (ARENDDT, 2018e, p. 520). A estabilidade não seria mais dada por meio da tirania de um filósofo, daí porque a decisão de Hannah Arendt em pretender resolver “o problema da ação” por meio da ciência política, não mais da filosofia. Tal ciência política, afastada da filosofia, teria conseguido explicar a “espontaneidade” com que o desejo por liberdade surge de tempos em tempos em todas as regiões e produzido uma “teoria política moderna que [teria que] se enquadrar aos fatos expostos pelos levantes revolucionários dos últimos duzentos anos, e tais fatos, é claro, [foram] muito diferentes daquilo que as ideologias revolucionárias nos querem fazer acreditar” (ARENDDT, 2018a, p. 153). O critério de “espontâneo” seria o oposto do “imposto” por ideologias no século XX e o critério de sucesso ou deformação/frustração das revoluções dado pelo modelo da experiência dos Estados Unidos.

Considerações Finais

Quando cientistas sociais afirmam os “pré-conceitos” para conceitos da filosofia, deixam de considerar a crítica que eles direcionam a seus próprios trabalhos investigativos que buscam legitimidade em uma epistemologia, um conceito nos termos da tradição da filosofia, ainda que a epistemologia de ciências se distancie frontalmente da possibilidade de conceitos para a história como uma filosofia da história. Conforme tensionado na primeira parte do artigo, o samba de maneira geral e o samba “Anjos da guarda” em particular não requerem qualquer teoria social ou conceito de história para serem o que são, da mesma maneira que há problemas em se pretender reduzir essas ou outras expressões ao padrão positivista das fontes para a história. Por tal razão, no segundo momento deste artigo, buscou-se um distanciamento de críticas comuns para referendar a operação crítica de Hannah Arendt que não devolveu à filosofia da história o lugar que lhe foi retirado na era moderna e mesmo em seu último livro, quando explorou as possibilidades da teoria política voltada para o pensamento e não aderiu às teorias funcionais da história no século XX e que atravessam o século XXI desconsiderando a “realidade” da “realidade inaverigável”.

O que promoveu foi visitar a história da filosofia em busca de “pérolas”, todavia, em procedimento moderno, isto é, sempre produzindo o que desejava conhecer. Pretendendo superar fragilidades encontradas nas ciências “políticas” e “históricas” modernas, de onde deduz-se que se referia à história, à sociologia, à antropologia, à teoria política moderna e ao

direito, Hannah Arendt investiu todo o tempo na capacidade de fazer distinções, a fim de não repetir as confusões que “me parece ser a marca registrada das ciências históricas e políticas modernas” (ARENDDT, 2008a, p. 423). Sua obra é um capítulo à parte em toda a “teoria” moderna, porque não satisfeita com a produção corrente das ciências humanas modernas, afirmou essa “consciência histórica sem precedentes” dos modernos, o que fez da *theōria* antiga e da *vita contemplativa* medieval dois “lugares” da própria história, anteriores à inversão inédita promovida pela fabricação moderna em relação à *vita activa*. Por fim, não repetia a história positivista até o presente momento alçada como “verdadeira” teoria da história, sejam elas desenvolvidas na chamada escola francesa do século XX ou no engajado empirismo inglês do mesmo século.

Se, a rigor, a teoria moderna deveria ser grafada com suspeição, chama-se com ressalvas e entre aspas de “teoria”, pois jamais se estaria diante de toda a objetividade da *theōria* antiga, bem como não existe mais a *vita contemplativa* na era moderna diante da vitória do *homo faber*, o construtor do nosso mundo, construtor, inclusive de teorias positivistas para a história. Seja em relação à durabilidade das coisas, seja em relação à possibilidade da nossa destruição em massa, Hannah Arendt optou por manter o termo teoria relacionado ao que outros autores chamaram de “o pensamento”. Se não pertence ao cânone da história, da sociologia e da filosofia, tem assinatura própria na ciência e na teoria política. Foi teórica das revoluções na era moderna, da política, da ação humana e do poder. Em torno dos relatos para o que chamou de “totalitarismo” e sobre as tecnologias da “segunda era moderna”, outros autores buscaram e buscam a compreensão sobre aquilo que não entraria em sua teoria, mas isso não como um retorno à *theōria* dos antigos, ao escolasticismo do medievo ou ao positivismo moderno, dos quais a história dos fatos que são feitos. De maneira alternativa, sua teoria apresenta-se como uma afirmação da possibilidade da promoção da compreensão diante da complexidade do mundo moderno e da desconhecida era humana que já atravessa o século XXI.

Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2016a.

_____. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo*: São Paulo: Companhia das letras, 2008a.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2016b.

- _____. *Sobre a revolução*. São Paulo: Cia das letras, 2011.
- _____. *The modern challenge to tradition: fragmente eines buchs*. Kritische Gesamtausgabe/Complete Works. Band 6, Vol. 6. Göttingen: Wallstein Verlag, 2018e.
- BERNSTEIN, Richard. *Porque ler Hannah Arendt hoje?* Rio de Janeiro: Forense universitária, 2021.
- BENJAMIN, Walter. Sobre a crítica do poder como violência. In: *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- CORREIA, Adriano. *Hannah Arendt e a modernidade: política, economia e a disputa por uma fronteira*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2014.
- _____. “Pensar o que estamos fazendo”. In: *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2016.
- DUSSEL, Enrique. Meditações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula. *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.
- MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. São Paulo: N-1 edições, 2020.
- HOBBSAWM, Eric. Hannah Arendt e a revolução. In: *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (orgs). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Daniel Christian dos. *Altericídio: como a filosofia política de Achille Mbembe analisa a negação do outro*. Jundiaí: Paco, 2022.